

**PROCESSO** - A.I. Nº 919415202/01  
**RECORRENTE** - REVISAR - REVENDEDORES DE VEÍCULOS E IMPLEMENTOS DE SALVADOR LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - PEDIDO DE DISPENSA DE MULTA – Acórdão 2ª CJF nº 0268-12/02  
**ORIGEM** - INFAZ JEQUIÉ  
**INTERNET** - 18.12.02

## CÂMARA SUPERIOR

### ACÓRDÃO CS Nº 0184-21/02

**EMENTA:** ICMS. APLICAÇÃO DE EQUIDADE. A motivação apresentada pelo recorrente para o atendimento do seu pedido de dispensa de multa não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no §1º do art. 159, do RPAF/99. Inexiste prova de indução a erro, como alegado pelo recorrente. Pedido **NÃO CONHECIDO**. Decisão não unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de um Pedido de Dispensa de Multa interposto após Decisão da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal que manteve a Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal que julgou correto o valor recolhido pelo autuado a título de antecipação tributária, tendo sido mantida a multa, em vista da antecipação não ter sido efetuada na fronteira.

A requerente fundamenta seu pedido no art. 159, do RPAF vigente alegando ser prática da fiscalização de trânsito emitir Termo de Apreensão de mercadorias e documentos e informando via fax o imposto que o contribuinte deve pagar, dando-se prazo de 5 dias.

Afirma ainda que no presente caso não efetuou o pagamento do DAE que lhe foi indicado pois o valor do imposto estava incorreto, originando daí este Auto de Infração, posteriormente pagou o que entendia correto e o valor foi homologado pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal.

Em Parecer a PROFAZ opina pelo não acolhimento do Pedido de Dispensa da Multa por considerar que não houve comprovação da indução ao erro, mas sim a constatação de que não houve o pagamento da antecipação no momento correto.

## VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para reclamar falta de antecipação tributária na fronteira sobre partes e peças de veículos.

Quando do julgamento de 1ª Instância a 1ª Junta de Julgamento Fiscal considerou o pagamento efetuado pelo autuado, mas manteve a cobrança da multa, haja vista que o pagamento foi efetuado após o início da ação fiscal, quando na verdade a obrigação era o pagamento antecipado.

Embora o autuado fundamente seu pedido de dispensa de multa sob alegação de que o procedimento da fiscalização de trânsito o teria levado ao erro, não há comprovação de que a falta de antecipação seja decorrente de informação equivocada da fiscalização, ao contrário, o que ficou demonstrado foi

a falta de pagamento espontâneo do valor que deveria ter sido antecipado, de acordo com o que dispõe o RICMS.

Assim tendo havido o pagamento posterior afasta-se a cobrança do imposto mas permanece a multa.

Pelo exposto, voto pelo NÃO ACATAMENTO do pedido de dispensa de multa formulado pelo autuado.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECIDO** o Pedido de Dispensa de Multa apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **09194152/01**, lavrado contra **REVISA – REVENDEDORES DE VEÍCULOS E IMPLEMENTOS DE SALVADOR LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.452,57**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, homologando-se os valores comprovadamente recolhidos.

VOTOS VENCEDORES: Conselheiros (as) Carlos Fábio Cabral Ferreira, Verbena Matos Araújo, Antonio Ferreira de Freitas, Sandra Urânia Silva Andrade, José Carlos Boulhosa Baqueiro, Israel José dos Santos, Ivone Oliveira Martins e Tolstoi Nolasco Seara.

VOTOS VENCIDOS: Conselheiros (as) José Carlos Barros Rodeiro, Nelson Teixeira Brandão, José Raimundo F. Santos e Max Rodrigues Muniz.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de outubro de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

VERBENA MATOS ARAÚJO - RELATORA

ADRIANA LOPES VIANNA DIAS DE ANDRADE - REPR. DA PROFUZ